

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – GDE

Lucimária Borges Luiz Mendes

**Educação e Violência Contra Mulher: Interfaces possíveis para o
Enfrentamento no município de Araçuaí/Vale do Jequitinhonha - MG**

ARAÇUAÍ

2016

Lucimária Borges Luiz Mendes

**Educação e Violência Contra Mulher: Interfaces possíveis para o
Enfrentamento no município de Araçuaí/Vale do Jequitinhonha - MG**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Minas
Gerais, como parte das exigências
do Curso de Pós-Graduação *Lato
Sensu* em Gênero e Diversidade na
Escola – GDE, para a obtenção do
título de Especialista em Gênero e
Diversidade na Escola.

Orientador: Prof.^a Anna Paula
Vencato.

ARAÇUAÍ

2016

Ficha catalográfica (elemento obrigatório)

A ficha deverá ser elaborada por um bibliotecário (ver com bibliotecários da Biblioteca J. Baeta Viana)

A ficha catalográfica deverá ser impressa no verso da folha de rosto.

Lucimária Borges Luiz Mendes

**Educação e Violência Contra Mulher: Interfaces possíveis para o
Enfrentamento no município de Araçuaí/Vale do Jequitinhonha - MG**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Minas
Gerais, como parte das exigências
do Curso de Pós-Graduação *Lato
Sensu* em Gênero e Diversidade na
Escola – GDE, para a obtenção do
título de Especialista em Gênero e
Diversidade na Escola.

APROVADA:de de 2016.

Prof.

Prof.

(assinatura)

(assinatura)

DEDICATÓRIA

Nossas histórias individuais são marcadas pelas relações que temos com as pessoas que cruzam nosso caminho, tanto de maneira perene quanto de forma temporária. Na jornada trilhada para a construção deste trabalho, Dedico de forma explícita: A DEUS, que incomparável e inconfundível na sua infinita bondade, compreendeu os nossos anseios e nos deu a necessária coragem para atingirmos o nosso objetivo. Dedico este trabalho a minha família toda. Especialmente aos meus pais, Marilda Borges Luiz Mendes e Lucas Ferreira Mendes, pessoas que amo de paixão e ternura, Obrigada por serem a minha referência de tantas maneiras e estarem sempre presentes na minha vida de uma forma indispensável. Aos meus amigos por entenderem minha ausência neste período, em especial ao um amigo, irmão companheiro de todas as horas que infelizmente não se encontra conosco para apresentar o seu TCC, Rafael Parreira um profissional que tive a honra de conhecer em Araçuaí- MG, fomos colegas no curso educação sem homofobia, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, realizado em Itaobim- MG no ano que 2012, a partir do curso realizamos o projeto de Intervenção com o público LGBT, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS em Araçuaí, entretanto tivemos a honra de receber, através do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT o para coordenar o 4º Seminário LGBT e Cidadania do Vale do Jequitinhonha, com a temática “Família: Direitos Humanos e Diversidade Sexual” onde tivemos vários obstáculos, que foram vencidos com o grande auxílio e cooperação da comissão organizadora do evento, Rafael Parreira só tenho que agradecer esse período que vivemos de estudos, brigas, farras e muitas cervejas, mas infelizmente hoje você não se encontra entre nos fisicamente, mas tenho que certeza que estar espiritualmente, que Deus te acolha de braços aberto amigo, cedo ou tarde agente vai se encontrar tenho certeza numa bem melhor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom de lutar que ele me dá, pois são nesses momentos que conquistamos as nossas vitórias. E principalmente por ter me guiando e dando forças pra conquistá-las, mesmo quando nem eu mesma acreditava que seria possível.

Agradeço, também, à minha família em especial aos meus pais que me ensinou que com honestidade, humildade, temor a Deus e luta podemos crescer sempre mais, sem jamais perder a nossa essência, pois é ela quem nos diz quem somos, e principalmente para onde vamos.

Muito obrigada a todos os meus amigos, tais como; Liliane Anderson “Lili” que me ajudam a descontrair e a lembrar que a vida pode ser sempre divertida.

Ao meu eterno Amigo Rafael In Memoriam que contribuí intelectualmente e espiritualmente para o meu crescimento durante esse curso, ajudando-me a entender qual era o meu maior interesse e objetivo no curso, compartilhando angústias, medos e noites em claro.

Ao Deputado Estadual Dr. Jean Freire ao qual tenho o privilégio de ser Assessora, nas questões pertinentes do Vale Jequitinhonha, agradeço pela paciência, apoio, confiança que estão sendo instrumentos para o meu desempenho profissional.

A todos que me ajudaram na minha formação profissional, meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho procurou elucidar a dificuldade em se obter intervenções a respeito do enfrentamento da violência contra mulher no município de Araçuaí/MG sem a participação efetiva da política pública de educação. Demonstrou-se que apesar da inexistência até então de ações conjuntas com educação formal, pode-se apontar que historicamente o município apresenta uma diversidade de figuras femininas como protagonistas em diversos âmbitos, como cultura, política e artística, além também de algumas estratégias pontuais ligadas a outras políticas públicas e até mesmo à educação não formal.

Palavras-chave: Educação, mulher, violência, gênero, política pública, educação não formal.

ABSTRACT

This study sought to elucidate the difficulty in obtaining qualified interventions about combating violence against women in the municipality of Araçuaí / MG without the effective participation of public education policy. It has been shown that despite the absence of joint actions with formal education, we can point out that historically the city has a diversity of female figures as protagonists in different areas such as culture, politics and art, plus also some specific strategies linked to other public policies and even to non-formal education.

Key-words: Education, women, violence, gender, public policy, non-formal education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ.....	14
1.1 Sobre Educação Formal.....	15
1.2 Outras Formas de Educar.....	17
CAPÍTULO II - ARAÇUAÍ E SUAS MULHERES.....	22
2.1 – Da História.....	22
2.2–Da Cultura.....	23
2.3 – Da realidade socioterritorial.....	25
2.4 – Da política.....	26
CAPÍTULO III - REPERCUSSÕES DA QUESTÃO DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ.....	28
3.1 A construção do lugar social da mulher.....	29
3.2 A Política Municipal de Assistência Social.....	32
3.3 A Unidade Móvel de Atendimento à Mulher	34
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

A violência contra mulher é considerada um fenômeno social, ou seja, acontece de forma homogênea entre aos diversos grupos sociais e caracteriza uma determinada época e sociedade, podendo ser uma identificação positiva ou negativa da mesma.

Teles e Melo (2003, p. 24) trazem uma relevante contribuição para o entendimento deste fenômeno: Importante destacar que a prática da violência de gênero (violência cometida de homem contra a mulher e vice-versa) é transmitida historicamente de geração a geração tanto por homens como por mulheres. No decorrer da história da humanidade, crenças e culturas acabaram por naturalizar essa prática e torna-la cada vez mais discreta e silenciosa, visto que o ambiente doméstico era entendido como imaculado pela opinião de outros fora do contexto.

Por consequência da constatação de que a violência de gênero pode ser compreendida enquanto fenômeno social, conclui-se também que é multideterminado, ou seja, as circunstâncias em que ocorre uma situação de violência não podem ser identificadas por uma única ou poucas causas. Tampouco se pode enveredar neste entendimento apenas por uma área de conhecimento, equivocando-se interpretando a violência como gerada isoladamente por condições psicológicas frágeis, ou arranjos familiares desestruturados ou até mesmo a condição socioeconômica desfavorável. É preciso atentar-se a sua complexidade e isso envolve uma diversidade de eixos estruturantes da história e da vivência de todo indivíduo.

Precisamos ainda atentar-nos às diversas formas em que a violência ocorre e também saber que pode ser abordada de diversas maneiras, algumas inclusive podem estar diluídas de forma quase imperceptível aos olhos pouco críticos às repercussões negativas trazidas por uma sociedade sexista. O cotidiano de profissionais de diversas políticas públicas e organismos da sociedade civil está permeado desta realidade, mas

muitas vezes passa despercebido, em decorrência da naturalização provocada por todo processo histórico de introjeção dessa forma de violência.

A banalização de fenômenos tal como da violência doméstica suscita a discussão acerca dos valores que estão investidos nas práxis das relações sociais, que se desdobram em profissionais, familiares, afetivas, entre outras. A compreensão do significado da violência pode apresentar caminhos de como intervir e ser propositiva enquanto criação de métodos para sua mitigação.

Desde os primeiros registros históricos constata-se que o ser humano procurou organizar-se em grupo e viver em coletividade, mas também se tem registro dos conflitos decorrentes das mazelas desse convívio. Para Freud (1996), o conflito está presente desde as sociedades mais antigas, desde os primeiros contatos relacionais a violência se coloca presente no cotidiano humano.

Contudo, a violência doméstica sofreu com um silenciamento decorrente da lógica machista patriarcal, em que o poder do masculino invisibilizou por muito tempo o sofrimento da mulher (e ainda o faz), seja verbal, físico, psicológico, moral e tantas outras formas.

Para um entendimento social ampliado é preciso lançar mão de instrumentos que alcancem um número considerável de grupos e indivíduos, trabalhando de forma curativa e protetiva, mas especialmente preventiva. Por esse motivo a proposta desse estudo é apresentar a realidade no âmbito educacional, compreendendo ser esse um eixo transversal à maioria dos indivíduos na atualidade, delimitando o trabalho ao território do município de Araçuaí, descortinando histórias políticas, sociais, profissionais de suas mulheres, seja apresentada por suas mazelas ou por suas potencialidades.

Há que se considerar uma série de determinantes específicos da região que fazem emergir necessidades distintas, a condição cultural e

sociogeográfica interferiram e interferem na emancipação das mulheres do município. O fato de ser uma mulher a pioneira na organização da vila às margens do Rio Jequitinhonha que posteriormente viria a tornar-se o município de Araçuaí, carrega em si um caráter dúbio na interpretação do imaginário social e que repercute sobre todos ao longo da história. Dúbio porque de um lado, há o desafio de reconhecer, diante do pensamento sexista ainda vigente, que aquela mulher, Luciana Teixeira, seria capaz de conseguir fundar um município sem recair sobre ela os velhos estigmas endereçados àquelas que de uma forma ou outra foram vanguardistas do seu tempo.

De outro lado, podemos também inferir que essa mesma vanguarda contribui até hoje como encorajamento e orgulho para as mulheres do município. Apresentaremos no decorrer deste trabalho uma série de personalidades femininas de diferentes áreas que fazem parte da história e que colocaram o Vale do Jequitinhonha e especialmente o município de Araçuaí em destaque em Minas Gerais e no Brasil.

A investigação do presente trabalho quer destacara interface existente entre a história do município ligada às suas mulheres, a existência ou não das políticas públicas que objetivam o enfrentamento da violência, principalmente as da área educacional, seja formal ou não. Dessa forma, elucidar as dificuldades de evoluir no pensamento social acerca do empoderamento da mulher, mesmo quando há uma vocação histórica da região, sem o auxílio de intervenções relativas à educação e que por sua vez tem uma capacidade de romper paradigmas de forma eficaz e abrangente.

Para isso o trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro dará um panorama geral da legitimidade da discussão de gênero na educação, fazendo uma subdivisão entre educação formal e não formal. O segundo capítulo tratará de fazer uma retomada histórica do protagonismo feminino no município de Araçuaí, apontando os avanços no que se refere ao empoderamento e superação da divisão sexista no mundo profissional, político

e artístico. Já o terceiro e último capítulo compilará informações acerca de dados recentes relacionados à violência contra mulher, abarcando as ações, programas, projetos e políticas públicas que alcançaram o Vale do Jequitinhonha, e especificamente Araçuaí.

A importância desse estudo reside no fato de que o município necessita localizar-se no processo de mudança paradigmática no que tange os direitos da mulher. Fazendo essa retomada da violência contra mulher sob a ótica da educação, podemos obter os pontos nevrálgicos dessa discussão, evidenciando que o destaque de algumas figuras femininas não é suficiente para superação do tratamento desigual a todas as munícipes e que é preciso dialogar com instâncias diferentes para alcançar um bem comum. É preciso que essa mudança passe pelo Poder Executivo, mas também pelo Legislativo e Judiciário, que se consolide em políticas públicas multisetoriais, não deixando a cargo da Política de Assistência Social e Direitos Humanos, mas que considere a Educação e a Saúde como meios de transformação. E além disso, lance mão da sociedade civil, organizada ou não, como instrumento potencializado da participação efetiva dos mais variados grupos e comunidades.

Foi escolhido para o trabalho o método de revisão bibliográfica, visto que era preciso retomar fatos históricos que demarcam a trajetória das mulheres de Araçuaí, como também apresentar as dificuldades em encontrarmos registros nas nossas legislações acerca do tema gênero e especificamente sobre a discussão dos direitos da mulher. Para isso foi necessário pesquisar bibliografias específicas sobre o município o que demandou também identificação das pessoas e organizações que poderiam ter o material, tais como os registros acerca das artesãs, livros sobre a história do município, informações sobre a migração para o trabalho no corte da cana-de-açúcar e a legislação do município do Plano de Educação.

O dado acerca da conquista da unidade móvel de atendimento à mulher teve sua busca guiada pela coordenação deste equipamento no

município, no que tange às legislações específicas como na própria organização das mulheres para a concretização e chegada do “Ônibus Lilás”.

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ

O conceito de educação contempla, em si, uma diversidade de pontos de vista, podendo colocar-se enquanto constructo teórico, como uma metodologia, uma forma de intervenção política, como instrumento de empoderamento social e até mesmo abarcar todas essas ao mesmo tempo.

Esse multidimensionamento do conceito de educação demonstra quanto sua aplicação pode ser feita de forma plural, ou seja, de acordo com interferências específicas de uma determinada sociedade, tendo como base sua cultura, etnia, território e instituições, entre tantos outros tangenciamentos, para produzir um ou vários modos de construção de saberes.

Para Augusto Silva Triviños (2006), prática social é o saber acumulado pelo ser humano durante sua história. Portanto, toda transmissão em educação, seja formal ou não formal, é na verdade uma prática social, uma vez que introjetamos como saber tanto informações repassadas em ambiente formal de educação quanto aquilo que adquirimos enquanto cultura e da realidade a qual pertencemos.

A partir do texto de Maria da Glória Gohn (2006) compreende-se educação formal como a maneira de aprendizado a partir de uma delimitação de tempo, espaço físico, além disso, é ofertada por instituições certificadoras e organizadas segundo diretrizes nacionais. Já a educação não formal é compreendida como a possibilidade de construir conhecimento a partir das relações sociais, da cultura e das relações do nosso cotidiano em geral.

Partindo dessa ideia de educação, procuraremos nesse capítulo nos ater sobre as formas tomadas pela educação no município de

Araçuaí que contemplem as questões de gênero, especialmente na discussão sobre direitos da mulher. Para isso, faremos uma retomada do que até hoje o município utiliza como balizamento, seja através de normas e debates produzidos em âmbito Nacional, Estadual ou Municipal a este respeito. Essa retrospectiva será voltada para dois tipos de abordagem, a que é visivelmente reconhecida enquanto educação formal, ou seja, retomaremos as legislações vigentes com objetivo de apontar a presença ou ausência dessa temática. Mas também trataremos aqui de outras formas de construção de conhecimento e que incluem a participação de uma parcela da população que não é alcançada por essas ações de educação. Essas outras formas de produzir conhecimento localizam-se fora dos espaços formais de educação, contudo, tem relevância e alcance porque consideram o saber produzido durante o processo educativo. Conforme Paulo Freire, "O ponto de partida da solidariedade está no princípio de encontrar soluções com o povo, nunca apenas para ele ou sobre ele"(1978, p.

Dessa forma, os saberes populares são incorporados no cotidiano escolar, facilitando a inclusão de pessoas oriundas de regiões interioranas e das zonas rurais, perfil que se encaixa à região do Vale do Jequitinhonha e à cidade de Araçuaí.

1.1 Sobre a Educação Formal

Atualmente, observando a educação enquanto política pública, representada em instituições do poder legislativo, tais como, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras de Vereadores municipais, nota-se que essas estão envolvidas nas decisões que afetam diretamente a forma como irá se pensar a educação formal, no país, nos estados e nos municípios.

A partir disso, precisamos dirigir nossa atenção para as legislações já existentes que balizam o sistema educacional, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, verificando se contemplam a discussão sobre Gênero, especialmente sobre a questão de construção de ações e/ou

políticas públicas para mulher, visto que este é o ponto central deste trabalho. Iniciaremos com o Plano Nacional de Educação até chegar ao municipal, demonstrando as dificuldades e os avanços atualmente percebidos.

No Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) não há a presença das palavras “gênero” e “mulher”. No entanto, o termo “diversidade” é utilizado de forma genérica, sem dar o tom específico para questão. Em suas diretrizes encontramos a seguinte citação: “Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2014). Percebemos que na presente legislação houve uma tentativa para abordar às questões que historicamente encontravam-se marginalizadas no processo formal de educação, contudo, a referência explícita em relação à questão de gênero (assim como de outras questões como a raça/etnia, as sexualidades, dentre outras) continua subentendida. Conforme Ingrid Leão,

“Estamos diante de um retrocesso. 'Todas as formas de discriminação' é um termo genérico incompatível com o avanço da agenda de direitos humanos até o momento no Brasil, que já reconheceu quais desigualdades sociais devem ser encaradas sem negligência na sociedade brasileira, principalmente quando a preocupação é a violência” (LEÃO, 2015)

No que se refere ao Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, encontramos ainda em processo de construção em perspectiva. O Plano que está em vigência é datado do ano de 2011 e está regularizado pela Lei 19481/11. Constata-se em seu texto que há uma sub-referência à questão de gênero e dos direitos da mulher. Não estão citados estes termos em nenhuma parte do texto demonstrando, mais uma vez, agora em âmbito Estadual, que a temática sofre ainda com a censura ou omissão por parte dos legisladores.

No município de Araçuaí o atual Plano de Educação (Lei 334 de 14 de Agosto de 2015), aprovado na Câmara dos Vereadores no ano de 2015, não diferente dos Planos anteriormente citados das outras esferas de

governo, também não citou a palavra gênero e não fez menção direta à questão da violência contra a mulher. Mais uma vez esta temática ficou subentendida e/ou aparece de forma generalizada., conforme podemos observar no trecho em que institui a “Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade, à sustentabilidade socioambiental” (ARAÇUAÍ, 2015).

Reafirmando o que ocorre nos textos dos Planos Nacional e Estadual, também não se demonstra neste documento uma preocupação com as questões de gênero, tampouco propõe intervenções pedagógicas no que diz respeito aos direitos da mulher e enfrentamento da violência doméstica.

Diante disso, verifica-se que há uma ausência da discussão sobre gênero em toda sua amplitude, inclusive a respeito dos direitos da mulher no planejamento formal da educação em todos os âmbitos de organização, seja municipal, estadual ou nacional. A partir desta constatação poder-se-ia inferir que os espaços de legitimação da nossa educação ainda cerceiam a inserção de temáticas consideradas menos centrais ou, ainda, polêmicas para certos setores mais conservadores.

1.2 Outras Formas de Educar

Mesmo diante das dificuldades advindas da efetivação de uma educação por meio dos espaços legítimos para tal, compreendemos que outros avanços são realizados de forma alternativa em todo país no tocante à discussão de gênero e mais especificamente do Enfrentamento à Violência Contra Mulher.

Segundo Gohn (2006) um dos objetivos da educação não formal é utilizar como ferramenta a auto valorização do sujeito que se dispõe a aprender, empoderando-os para superar preconceitos e lutar pelos seus direitos como igual. A educação não formal acontece em espaços coletivos e a partir do desejo das pessoas em adquirir conhecimento e se qualificar.

Aqui procuraremos demonstrar algumas ações que aparentemente não se colocam enquanto educação formal, mas que podemos considerar enquanto prática educativa no que se refere a propor uma construção crítica do cotidiano e da cultura vigente. Nos termos de Paulo Freire,

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação.(1967, p.93).

No município de Araçuaí podemos destacar algumas ações que caminham há alguns anos objetivando mitigar as repercussões do sistema patriarcal e do imaginário social machista, esperando assim que conseqüentemente se reduza a violência contra a mulher.

Iremos nos ater às duas principais organizações, escolhidas pela relevância no tocante às ações de enfrentamento à violência contra mulher e pelo período de atuação no município, são elas: Movimento Graal no Brasil e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM vinculado à Diretoria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

O presente capítulo não pretende esgotar a pesquisa histórica a respeito das instituições que já estiveram ou ainda são presentes no município de Araçuaí que objetivavam a discussão e a superação da violência contra mulher. Uma retomada mais detalhada a este respeito demandaria extrapolaria os objetivos deste trabalho acadêmico. Procuramos evidenciar neste texto as instituições que demonstraram ações de maior alcance, em termos de participação no município.

Ressalta-se ainda que a presença dessas organizações no município se deve pelo insuficiente aparato de políticas públicas em relação à

temática. Atualmente o Vale do Jequitinhonha foi contemplado com uma Unidade de Atendimento Móvel de Enfrentamento da Violência Contra Mulher. Além disso, os equipamentos da Política de Assistência Social do município, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS realizam um tipo de atendimento genérico à mulher vítima de violência doméstica, ou seja, os dois dispositivos e suas equipes não executam serviços específicos de proteção, promoção ou recuperação voltados para vítima.

Essa fragilidade na consolidação de uma política específica para Mulheres não se concentra apenas no município de Araçuaí¹ em todo país pode ser considerada ainda em construção, visto que estamos caminhando em direção à participação popular por meio da criação de espaços de controle social, como os Conselhos e Conferências de Direitos da Mulher e também de estruturas de atendimento específico para mulheres, como os Organismos de Políticas para Mulheres - OPMs.

A primeira organização a qual trataremos será o Movimento Graal no Brasil, que é uma organização da sociedade civil que segundo a cartilha Mapeamento da Rede de Combate à Violência Contra Mulher (2012) trabalha desde 2005 com articulação de mulheres trabalhadoras rurais que constituem uma Rede composta por representantes de seis regiões do Estado de Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Zona da Mata, Rio Doce, Vale do Jequitinhonha, Noroeste e Norte de Minas. Ainda segundo a cartilha, a missão do Movimento Graal no Brasil é:

Promover ações que contribuam para transformação do mundo em uma comunidade global de justiça e paz, buscando construir uma cultura do cuidado com o futuro da humanidade, com a vida no nosso planeta na equidade social e de gênero. 2012 p.4

¹O tema será tratado no Capítulo 3 de forma mais densa.

Em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí o Movimento Graal no Brasil desenvolve ações que visam promover a participação e o desenvolvimento do protagonismo popular e nessa vertente também o trabalho de proteção e promoção das mulheres.

A outra organização que se fez presente no Vale do Jequitinhonha e especialmente na cidade de Araçuaí é o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM vinculado à Diretoria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Um de seus principais desdobramentos enquanto intervenção educativa foi a organização do *Fórum da Mulher do Jequitinhonha*, que aconteceu pela primeira vez no ano de 2011 no município de Jequitinhonha, 2012 em Itaobim, 2013 em Capelinha, 2014 em Araçuaí e 2015 em Virgem da Lapa. O Fórum reúne mulheres de todo território do Vale do Jequitinhonha, que representam diversos segmentos, das políticas públicas, da sociedade civil, do campo e da cidade, a fim de compartilhar vivências e discutir sobre a participação social, direitos e protagonismo da mulher. Conforme podemos ler no documento produzido pelo NEPEM/UFMG sobre o Fórum da Mulher do Jequitinhonha, esta ação objetiva:

...reunir mulheres, lideranças das várias instituições, associações e grupos que atuam de diferentes maneiras no Vale; criar momentos de confraternização e relatos; manter um espaço de diálogo que contemple as situações vividas pelas mulheres na região, quer nas várias formas de manifestação de violências sofridas, quer na defesa de direitos e cidadania, da participação política, de renda e sustentabilidade. (2014, p.5).

O Fórum procura, a partir dessa reunião de mulheres de diversos lugares do Jequitinhonha, dar visibilidade às histórias de violação de direito que acontecem ainda nos rincões desse Vale, buscando dessa forma tirar a imagem da mulher de um lugar social de subordinação e de coadjuvante.

O protagonismo e a participação social da mulher é claramente um dos principais objetivos do Fórum, fazendo com que cada uma das mulheres seja dona da sua história, portanto livre para escolher sua forma de vida e de futuro.

Portanto, é evidente que essas outras formas de educação fazem parte da realidade de Araçuaí no que diz respeito às intervenções voltadas para empoderamento e fortalecimento de direitos da mulher. A participação da sociedade e especialmente das mulheres nesses espaços de formação possibilitou avanços no que se refere a conhecimento de direitos e de cidadania, fazendo emergir organizações coordenadas e idealizadas pelas próprias mulheres que vivem no município.

CAPÍTULO II: ARAÇUAÍ E SUAS MULHERES

2.1 – Da História

Por meio da história oral é sabido que o município de Araçuaí sempre teve mulheres como protagonistas em todos os âmbitos do desenvolvimento. Entretanto, para além dos registros orais, também se encontram registros bibliográficos a respeito dessa máxima que paira sob o imaginário social. E este é o propósito deste capítulo, fazer emergir os registros bibliográficos a respeito do protagonismo feminino no município de Araçuaí.

O município localiza-se no médio Vale do Jequitinhonha e é cortado pelo rio que dá nome ao vale e também por um dos seus afluentes, o Rio Araçuaí. Apesar de na atualidade perecer pela degradação e escassez de investimentos para sua preservação, tanto o Jequitinhonha quanto o Araçuaí já foram rios navegáveis. Como mencionado por Pereira (1967), “o Jequitinhonha e o Araçuaí não são propriamente rios navegáveis; são navegados por um prodígio e habilidade dos canoeiros” (p.73).

Neste texto Pereira (1967) nos insere na realidade daquela época, demonstrando a importância dos canoeiros no povoamento da região. Eles eram os principais responsáveis pela circulação de produtos, auxiliando na melhoria das economias locais, gerando renda e empregos. Em alguns pontos dos rios havia portos, em que os viajantes pernoitavam e passavam dias para descansar das grandes viagens pluviais. Nesses portos desenvolveram-se comunidades que foram, ao longo do tempo, sendo povoadas.

Segundo Saint-Hilaire (2004) no porto da Itira (atual Distrito de Araçuaí), onde se encontram o Rio Jequitinhonha e o Rio Araçuaí, em 1816 houve uma mulher que oferecia aluguel de quartos para o pouso dos viajantes.

Seu nome era Luciana Teixeira, e ela foi reconhecida como a fundadora do município de Araçuaí. Nos termos de Leopoldo Pereira,

Nesse tempo era proprietária da fazenda da Boa Vista da Barra do Calhau uma velha mulata de nome Luciana Teixeira, a que A. de Saint Hilaire se refere no seu livro de viagens. Esta boa mulher deu abrigo aos imigrantes do Pontal em suas terras à margem direita do Ribeirão Calhau e de Araçuaí. Tornou-se este o ponto de arribada das canoas que subiam o Jequitinhonha (1969, p. 92).

Portanto, esse é o nosso registro primevo do protagonismo de uma mulher no município de Araçuaí. Supõe-se que existem outras histórias que destacam as mulheres nesse município, contudo, o aprofundamento nessa perspectiva histórica não é o objetivo do presente trabalho. Procurou-se demonstrar minimamente a trajetória de algumas delas a fim de realçar o legado de cada uma e que somados representam a identidade do município.

2.2 Da cultura

Historicamente também o Vale do Jequitinhonha como um todo é marcado pela expressividade em sua produção cultural em suas diversas formas, cênica, artesanal, musical e tantas outras. No que se refere ao município de Araçuaí também existem registros de artistas que levaram para o Brasil e para o mundo a realidade retratada em forma de arte.

Um desses artistas é a artesã Lira Marques, que atualmente possui um de seus trabalhos reconhecido em todo país. O trabalho de Lira destacou-se pela presença de elementos que representam o Vale, utilizando-se de matérias primas locais, tanto do âmbito da vida social quanto doméstica. Nas palavras da artista,

Essas cores eu via há muito tempo, com muitas delas pintava minhas peças de barro. Por motivo de saúde tive que deixar o ofício da cerâmica, muito pesado. E então comecei a pintar no papel pigmentos da terra. Amarelos, terra de formiga (cupinzeiro) que dá marrom, o tom branco, os rosas, o bege, o óxido de ferro, pedra dura que ponho no copo com água e ele volta aquele pigmento ferrugem. Tem barro mais linguento, como o toá.

Soco, penero e misturo com água e cola. Se me pergunta que bicho é esse, eu digo: são meus bichos do sertão. Parece um veado, parece formiga, mas isso não quer dizer o nome dele não. É aquele bicho que vem na imaginação. Também gosto de formas. Às vezes desenho primeiro, às vezes não. É uma coisa que brota do jeito que é, e aí vai.” (Minas Gerais, 1996, p. 15).

Outro destaque também na produção de artesanato no município é para “Dona Zefa” e suas bonecas de barro. Mais uma vez utilizando da realidade como fonte de inspiração para seus trabalhos artísticos, destacou a vida das mulheres, principalmente as do campo em suas peças.

Nota-se que as duas artesãs demonstraram expressividade no meio artístico e, para, além disso, suas artes colocaram-se como um destaque para o município no que concerne atuação política, uma vez que fez emergir e redimensionar uma realidade até então restrita ao ambiente doméstico de cada uma dessas mulheres.

Ainda sob o aspecto da cultura local, encontram-se também arraigadas crenças populares sobre a cura por determinados ritos e uso de insumos da natureza. Nesse âmbito é sabido da existência de algumas figuras que se intitulam e são reconhecidas socialmente enquanto “benzedadeiras”. Em sua maioria quem exercera tal função social, cultural e curativa foram figuras de mulher, dentre elas evidenciamos o nome de Luiza Ramalho, conhecida na cidade como “Sá Luiza” que por gerações transmite seus saberes de “curandeira” e garantindo a perpetuação de uma cultura popular.

“Sá Luiza faleceu com 106 anos. (...) foi uma famosa benzedeira da cidade de Araçuaí. Conhecida por sua enorme generosidade e fé, muitas pessoas frequentavam sua casa e a procuravam buscando sua ajuda e suas orações. Hoje, depois de seu falecimento, essa crença continua viva na memória daqueles que por ali passaram e na história da cidade.” (MINAS GERAIS, 1996, p 11).

As “benzederias” exerceram papel fundamental na sociedade de construir e compartilhar conhecimentos não acadêmicos a respeito do bem

estar das pessoas. Além disso, se constituem enquanto personagens sociais de participação efetiva na construção e consolidação da cultura local.

Nota-se que, a partir destas histórias, no que se compreende enquanto cultura popular há uma relevante presença de figuras femininas, que se traduz em um protagonismo destas mulheres nessa área.

2.3 – Da realidade sócio-territorial

O Vale do Jequitinhonha é territorialmente caracterizado como uma região semi árida, a maior parte do ano apresenta elevadas temperaturas, dificultando a subsistência de forma permanente por meio de agricultura e agropecuária, não obstante as atuais tecnologias de convivência com o semi árido.

Araçuaí também se encontra inserida nessa realidade de seca e estiagem, uma vez que os períodos de chuva concentram em alguns meses do ano. Em decorrência desses determinantes climáticos, como também de outras, tais como sócio econômica da região, o município deparou-se com a migração sazonal de homens para trabalhar em outros estados do país. O fluxo migratório expressivo tem destino para as plantações de cana-de-açúcar, especialmente no interior do Estado de São Paulo, mas outras tantas também surgiram no decorrer do tempo para outros estados do país, como a colheita de maçã, café, laranja, entre outras.

Em sua maioria, os migrantes são compostos por homens, arrimos de família. Migram, portanto principalmente nos meses de estiagem para garantir o sustento da família à distância. Nesse grande período de ausência, quem fica responsável pela organização financeira, por pequenas produções e manutenção doméstica e dos filhos é a mulher.

Desse modo, mais uma vez a mulher está em evidência, exercendo de fato um protagonismo social, mas muitas vezes não conhecido por ela mesma e por seu companheiro e família.

2.4 – Da política

Inobstante as dificuldades advindas do imaginário social permeado pelo sistema patriarcal e da disseminação da cultura machista, encontra-se registros no município de Araçuaí de atuações preponderantes no cenário político por parte das mulheres. Consideramos preponderante aqui não no sentido de grande quantidade de mulheres com participação efetiva na política local, mas sim o destaque das poucas que fizeram parte dessa história.

Nas eleições de 1982 foi a primeira vez que houve a participação de uma mulher no legislativo no município de Araçuaí, elegendo-se para o pleito de 1983 a 1985 a Sra. Maria da Conceição. Segundo Santos (2012) há relatos de participação efetiva no cargo eletivo pela ex-vereadora mencionada, apesar da visível dificuldade devido à maioria absoluta das outras cadeiras da câmara naquele pleito serem ocupadas por homens e, por isso, tornando-se ainda mais difícil ainda superar os estigmas da sociedade.

De acordo com análise do texto de Santos (2012) observa-se que depois do pleito da vereadora Maria da Conceição houve um período de mais de dez anos sem a presença de uma figura feminina da câmara de vereadores, retomando-se no ano de 1997 com a professora Viviane Patrícia Costa Prates, juntamente com a posse da primeira prefeita do município Maria do Carmo Ferreira da Silva – Cacá. Aqui devemos atentar para a história e ao perfil da ex-prefeita citada, visto que seu pleito inaugura uma nova forma de governo no município, sendo, portanto paradigmático no processo de desenvolvimento e protagonismo das mulheres em Araçuaí. Algumas das

principais ações e políticas públicas e de governo específicas para o público feminino aconteceram pela primeira vez durante seu governo.

Maria do Carmo Ferreira da Silva, antes de ser eleita pela primeira vez, candidatou-se por duas vezes em eleições anteriores. Natural de Montes Claros/MG veio para o município de Araçuaí por meio do projeto da Caritas enquanto Assistente Social. Vinculada à diocese trabalhou na região conhecendo profundamente o Vale e suas mazelas, especialmente Araçuaí.

Durante seu mandato, a prefeita realizou ações e políticas na área da saúde, assistência social, educação e outras políticas públicas voltadas para direitos da mulher, direta ou indiretamente, apesar de na época ainda não haver legislação específica e pertinente à temática. Destacamos seu pioneirismo no atendimento em saúde ginecológica e obstétrica, o que demonstrou uma preocupação com o bem estar das mulheres e seu corpo, inaugurando a primeira Unidade Básica de Atendimento à Mulher – UBAM de Araçuaí. Além disso, segundo Santos (2012), o número de mulheres atuando em cargos dentro da prefeitura foi expressivo, desde os cargos de gerência a cargos de ocupações gerais.

Nesse período, verifica-se uma visibilidade para as mulheres, não só no âmbito político, mas em todos até agora mencionados, cultural, social, econômico, educacional e em saúde.

Após o mandato de Maria do Carmo houve presença contínua de mulheres ocupantes de cargos no legislativo, com a exceção entre os anos de 2009 e 2012. Em cargos políticos do executivo não ocorreu novamente a presença de mulheres, o que não apagou o legado deixado para o protagonismo da mulher na política após o pleito de Maria do Carmo.

Contudo, ainda são necessários avanços no sentido de uma participação expressiva de mulheres em cargos políticos no município. Apesar da relevância da atuação dessas mulheres, ainda é preciso que aumente a

representatividade em quantidade, visto que mulheres e homens encontram-se em desigualdade no que se refere ao número de cadeiras ocupadas historicamente.

CAPITULO III: REPERCUSSÕES DA QUESTÃO DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ

Para falar sobre a questão de violência doméstica, mesmo que no recorte da realidade de um município, é necessário discutir anteriormente a realidade social em torno da questão de forma mais ampla, visto que a violência é hoje compreendida enquanto fenômeno social e por esse motivo conectada às questões históricas e territoriais.

De acordo com os dados da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República, no ano de 2014 foram registrados por meio do “Ligue 180” os seguintes dados no Brasil: 53 mil casos – metade desses relatos era de violência física (51,68%) e quase quatro em cada dez envolviam violência psicológica (31,81%) ou moral (9,68%). Também foram denunciados casos de violência patrimonial (1,94%), sexual (2,86%), cárcere privado (1,76%) e tráfico de pessoas (0,26%).

Esses números são das violências que conseguiram ser minimamente visibilizadas. Na verdade, para compreensão dos dados é necessário conhecer a construção em torno dos principais modelos ditados pela sociedade ao longo dos períodos históricos, perpassando questões familiares, educacionais, sociais, afetivas e tantas outras que fazem parte do repertório da constituição de um indivíduo e seu modo de ser com o mundo.

Ao analisar, encontra-se o ponto o qual se iniciou o processo de diferenciação entre homens e mulheres, principalmente no que diz respeito ao que se restringe ou não para um e para outro. Localizando o começo da

divisão pode-se, portanto refletir acerca do modo como incide sobre os números apresentados.

3.1 A construção do lugar social da mulher

Os dados mencionados acima além de serem números expressivos em relação à violência doméstica, demonstram também a imagem social vigente da mulher, ainda impregnada de conservadorismo dentro de uma estrutura familiar e social rígida, com normas e regras estritas. Essa violência é herança de uma trajetória histórica de subrepresentatividade, advinda primeiramente dos ditames religiosos, mas posteriormente incorporados pela sociedade moderna como meio de ascensão socioeconômica do capitalismo.

De acordo com Freud (1996) a religião e suas instituições de representação são estruturas que auxiliam na edificação de uma sociedade, visto que a partir dela é que um grupo, família ou comunidades se ordenam por meio de modelos, regras e limites, necessários ao convívio coletivo. Um dos principais modelos apresentados pela religião é da existência de uma mulher e um homem primevos – Eva e Adão. Baseando nesse modelo, podemos perceber que à figura da mulher são oferecidas tarefas que a margeia no âmbito doméstico e familiar, como cuidados com a casa e filho, organização dos espaços de convívio e até mesmo mediação de conflitos, compreendendo que a mesma como figura materna também tem o dever de zelar pelo bem estar das relações no lar. A figura do homem, enquanto isso está ligada ao mundo externo, às atividades que propiciem desenvolvimento econômico, portanto, se coloca como figura pública.

Nota-se que se inicia um processo de junção da figura da mulher ao que é considerado privado e doméstico, limitando o acesso desta a informações do mundo do trabalho, educação, sexualidade, lazer, entre outros.

A essa união podemos nomear de estereótipos, que repercute exatamente ao tangenciarmos potencialidades da mulher em outros espaços que não somente o íntimo familiar. Dessa forma retomando o conceito de Foucault (1987), dá-socialização do corpo feminino, não somente enquanto corpo físico restrito ao espaço doméstico, mas também restringe sua ação e reflexão intelectual, afetiva, social e laboral. Colocando a figura do homem enquanto detentor de uma dominação

Ao capitalismo, como modelo de organização socioeconômica ascendente a partir da revolução industrial e vigente até a atualidade, também interessa o dimensionamento da mulher no espaço doméstico. Para o homem constituir uma família e trabalhar, como almejado socialmente, é preciso que a mulher faça as atividades da casa e cuide dos filhos. Para que o homem ajude a empresa onde trabalha crescer e obter lucros e reconhecimento, é preciso que a mulher zele pela organização do lar. Para que o homem possa percorrer uma carreira política é preciso que a mulher abra mão de estudos para acompanhá-lo.

Na construção social, permeada por signos de comunicação verbal e não verbal são repassados esses estereótipos e estigmas em relação à mulherão longo dos anos, décadas e séculos, fazendo com que o imaginário social continue a localizá-la em espaços específicos e provocar estranhamento quando a mesma se coloca fora do esperado.

Podemos observar essa divisão sexista pensada criticamente por Beauvoir (2009) a partir do desenvolvimento infantil, não enquanto uma cisão inata de atividades, mas imposta culturalmente e repassada pelos adultos pais, cuidadores e orientadores das crianças. Desde tenra idade pode-se notar que de acordo com o sexo seguem-se orientações relativas a cores, objetos, atividades, brincadeira, reforçando os lugares sociais de cada um, sendo à mulher reservadas práticas em sua maioria ligadas ao ambiente doméstico.

Essa cultura que difere papéis sociais entre homens e mulheres repercute no convívio de forma geral, tanto nas relações sociais amplas como nas relações mais íntimas, muitas vezes de forma abusiva, restringindo a liberdade e o avanço nas conquistas relacionadas aos direitos da mulher.

A manutenção do modelo da divisão sexista acarreta uma série de prejuízos à convivência entre homens e mulheres, uma vez que delimita papéis e restringe o desenvolvimento de ambos enquanto seres humanos. Esses prejuízos podem ser observados sob diversas facetas, desde as relações sociais ampliadas, como de trabalho, lazer e comunitárias, como podem acarretar danos nas relações mais próximas, já que nesse contexto o homem possui uma supremacia perante a mulher.

O cotidiano é permeado pela divisão sexista, muitas ações continuam veladas e imperceptíveis, contudo, com o reconhecimento da violência contra a mulher através da Lei Maria da Penha, conseguiu-se dar visibilidade e identificação para esse tipo de violência. Os tipos relacionados na lei foram: violência sexual, patrimonial, física, moral e psicológica.

a) Violência sexual

De acordo com Teles e Melo (2003) a violência sexual corresponde a qualquer forma de atividade e prática sexual sem seu consentimento, com uso de força, intimidações, chantagens, manipulações, ameaças ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal ou criticar seu desempenho sexual e até obrigá-la a ter relações sexuais com outras pessoas.

b) Violência patrimonial

Outro tipo de violência é a patrimonial, que resulta em danos, perdas, subtração ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores da mulher. Esta forma de violência pode ser visualizada através de

situações como quebrar móveis ou eletrodomésticos, rasgar roupas e documentos, ferir ou matar animais de estimação, tomar imóveis e dinheiro, ou, até, não pagar pensão alimentícia.

c) Violência física

Entende-se como ocorrência de violência física o ato de provocar lesões corporais possivelmente diagnosticáveis, tais como: empurrar, bater, atirar objetos, sacudir, esbofetear, espancar, estrangular, chutar, ameaçar, usar arma de fogo ou arma branca, ou qualquer ação que ponha em risco a integridade física da mulher.

d) Violência moral

Neste caso trata-se do tipo de violência em que se configure calúnia, difamação ou injúria.

e) Violência psicológica

A violência psicológica caracteriza-se a partir de ameaças dirigidas tanto à mulher, foco desta pesquisa, como a outros membros da família, fazendo-se por meio de promessas de agressões e gestos intimidativos. Uma característica comum àqueles que praticam este tipo de violência é a habilidade de encontrar o ponto fraco da mulher, que, em muitos casos, usam os filhos para chantagear, coagir, etc. Pode ser entendida também como violência emocional ou verbal.

No município de Araçuaí não é diferente a repercussão social da diferente forma que a cultura incide sobre o homem e sobre a mulher. O município completa 145 anos demonstra também que seu povo carrega os estigmas da cultura machista.

Salienta-se ainda que o município possui uma população expressiva que vive na zona rural, onde as informações e ações ainda são de difícil acesso. Por esse motivo, a perpetuação de modelos conservadores tipicamente machistas aparecem com maior frequência nos locais mais remotos do território, caracterizando as mulheres que vivem no campo como ainda mais vulneráveis a este tipo de violência.

3.2 A Política Municipal de Assistência Social

Historicamente a Assistência Social está vinculada à luta dos Direitos Humanos. Primeiramente, antes de se consolidar enquanto política pública, ainda na atuação por meio de programas e projetos de governos, os trabalhadores da Assistência Social precisavam lidar com questões relativas a direitos fragilizados e até mesmo violados, seja da criança e adolescente, mulher, idoso, entre outros grupos representantes de minorias.

Mesmo com a estruturação dos serviços, benefícios, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - fundamentados pela Política Nacional (2004), pela Norma Operacional Básica (2005) e Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009) podemos notar que o vínculo entre Direitos Humanos e Assistência Social ainda perdura, uma vez que, mesmo com avanços também na Política de Direitos Humanos, ainda não se consolidou uma configuração mínima de atendimento aos casos, seja de forma preventiva ou curativa, portanto, esses têm sido referenciados nos equipamentos de Assistência Social (CRAS, CREAS, casas de acolhimento etc.)

Essa interface é notada principalmente pelas equipes do SUAS, que são a referência de acompanhamento dos casos. Os trabalhadores da Política de Assistência Social recebem orientações e qualificações relacionadas a essa temática, que permeia essencialmente a promoção, proteção e recuperação dos vínculos familiares e comunitários, sejam nos equipamentos de básica, média ou alta complexidade.

Sabe-se que os vínculos familiares e comunitários são tangenciados tanto por dificuldades sócio financeiras quanto de relações interpessoais. E na maioria das vezes, é na dificuldade dos vínculos que reside os percalços em direitos humanos, portanto, constata-se uma dificuldade em intervir enquanto trabalhador de assistência social desvinculados das questões de direitos humanos.

Ressalta-se que a trajetória histórica, social e cultural do protagonismo da mulher no Vale do Jequitinhonha, especialmente na região do

médio, demonstra a relevância em fazer emergir essa temática em forma de resistência aos ditames da cultura machista ainda vigente em nosso território.

Por esse motivo, nota-se que as equipes da Política de Assistência Social são verdadeiros aliados para o combate da violência contra mulher, pois lidam diretamente e diariamente com os casos e conhecem os principais determinantes da violência, tais como condição socioeconômica, territorial, afetiva, raça/etnia, gênero, entre outros.

Sabe-se ainda que a partir da resolução 109/2009 a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais os atendimentos de casos em situação de violação de direitos são direcionados para os equipamentos de média complexidade, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, portanto, os casos de violência contra mulher também estão contemplados.

De acordo com o ofício 440/2014/ Cartório C da Polícia Civil da comarca de Araçuaí, que inclui os municípios de Coronel Murta, Virgem da Lapa, Itinga e, foram registrados aproximadamente 300 casos de violência doméstica (referente aos crimes previstos na Lei 11340/06 – Maria da Penha) nos dois anos que antecederam o documento. Esse dado, pouco preciso no que se refere ao município de Araçuaí isoladamente, demonstra que os números acompanham os apresentados nacionalmente, além de apontar a fragilidade da sistematização de informações de informações mais precisas.

Contudo, a equipe do CREAS não é exclusiva para atendimento a casos de violência contra mulher, é a referência do território do município, rural e urbano para todos os tipos de violação de direito, atendendo, portanto um público diverso que vai de criança, adolescente até idoso. Isso dificulta a observância das especificidades da violência doméstica e seus determinantes, fazendo emergir a necessidade de uma atenção específica para os casos.

3.3 A Unidade Móvel de Atendimento à Mulher

Segundo o Histórico da Unidade Móvel de Acolhimento à Mulher, as mulheres camponesas organizadas nos sindicatos dos trabalhadores rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG juntamente com demais mulheres pertencentes a entidades e movimentos do campo realizam de 4 em 4 anos a Marcha das Margaridas, na qual mobilizam mulheres dos estados do Brasil e seguem em marcha até Brasília para reivindicar os direitos das mulheres do campo.

Na marcha das Margaridas que ocorreu em 2011, o tema da violência ocupou destaque nas pautas de reivindicações das mulheres camponesas, nesse sentido, as trabalhadoras rurais pautaram a criação de mecanismos que possam levar informações de prevenção e de formas de enfrentamento à violência contra a mulher nas localidades em que o acesso às políticas públicas é mais difícil.

Nesse sentido, o governo federal por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República atendeu as reivindicações das mulheres ao implantar a criação de Unidades Móveis de Acolhimento a Mulher com estrutura de salas de atendimento e transporte da equipe técnica para se deslocar para as comunidades rurais com o objetivo de realizar atividades de orientação acerca dos direitos das mulheres, com destaque para a prevenção e o combate à violência.

As Unidades Móveis fazem parte do programa nacional "Mulher, viver sem violência" lançado pela Presidenta Dilma Rousseff, em 13 de março de 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

De acordo com o documento "Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e ações Nacionais" (2011) as Unidades Móveis de Atendimento à Mulher são equipamentos estratégicos para alcançar as

mulheres que se encontram em territórios remotos e/ou de difícil instalação de organismos de políticas para as mulheres.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher (2007) dá o tom para estruturação de ações, estratégias e intervenções relacionadas ao tema por meio dos seguintes eixos:

1) Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha.2) Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência.3) Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça.4) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.5) Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Já no texto do Pacto Nacional nota-se a preocupação com a questão da garantia de implementação de Políticas Públicas para as Mulheres do Campo e da Floresta, inclusive enquanto objetivo descrito no documento.

Essa preocupação deve-se à luta histórica das mulheres do Campo e da Floresta contra a violência, principalmente por meio do movimento “Marcha das Margaridas”, como podemos observar no documento “Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e Ações Nacionais” (2011):

Em 2000, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG coordenou a 1ª Marcha das Margaridas – reunindo 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília - essa questão foi destacada na pauta de reivindicações do movimento. Similarmente, em 2003, aproximadamente 40 mil mulheres – reunidas na 2ª Marcha das Margaridas pautaram o enfrentamento à violência sexista e a punição para os agressores. Além de contribuir para criação do Fórum Nacional de Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, a mobilização organizada pelas mulheres trabalhadoras rurais no Brasil obteve como resultados a visibilidade e reconhecimento social das mulheres do campo e da floresta, a negociação de políticas públicas voltadas para o acesso das mulheres à terra, assistência técnica, ao crédito e a programas sociais. (p.17)

Durante esses movimentos as mulheres de Araçuaí também se organizaram e estiveram presentes, a fim de demonstrar preocupação e a fragilidade do território no que tange às políticas públicas voltadas para mulheres.

Segundo a Secretaria Nacional de Enfrentamento de Violência Contra Mulher SPM, essa preocupação com as Mulheres do Campo e da Floresta também pode ser embasada através dos dados fornecidos pela Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, que registrou do total de atendimentos realizados entre janeiro a julho de 2011, 2,4% são de mulheres que se identificam do campo e da floresta. Desse universo, 19,4% relataram episódios de violência doméstica e familiar contra as mulheres – 69% das mulheres declaram ter sofrido violência física; 19%, violência psicológica; 8,6%, violência moral; violência sexual 2,2% 1%, violência patrimonial e 0,2% cárcere privado. Cerca de 51% dessas mulheres informaram que a violência é diária e 38% relataram situações de risco de morte.

Respaldada nesses dados, que demonstram que as mulheres do Campo e da Floresta padecem da mesma violência que as mulheres que vivem na zona urbana, corroborada pelas diretrizes presentes na Política Nacional de Enfrentamento da Violência Contra Mulher – Igualdade e respeito à diversidade; Equidade; Autonomia para as mulheres; Laicidade do Estado; Universalidade das Políticas; Transparência dos Atos públicos; Participação e controle social, é que a Secretaria Nacional resolveu criar ações específicas para esse público.

No documento “Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e ações Nacionais” (2011) as ações foram divididas por áreas: Assistência, Prevenção, Garantia de Direitos e Combate. Dentre as previstas para Assistência, encontra-se em primeiro lugar a seguinte ação: “Implementar Unidades Móveis de Referência adequadas à realidade geográfica para o atendimento às mulheres do campo e da floresta em situação de violência. ”

Diante disso, nota-se a pertinência de que o território do médio Jequitinhonha tenha feito jus à aquisição de uma Unidade Móvel, que no caso, não está especificamente para atendimento para o município de Araçuaí, porém, a título de organização está sob a responsabilidade da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha- AMEJE, sediada na cidade de Araçuaí.

Atualmente, segundo balanço de atividades da coordenação da Unidade Móvel de Acolhimento a Mulher em 2014 e 2015, foram realizadas 44 ações em 14 municípios do Médio Jequitinhonha e 01 Município do Baixo Jequitinhonha, sendo 31 realizadas na zona urbana e 13 realizadas na zona rural.

A Unidade Móvel passa por dificuldades no que tange a constituição de uma equipe fixa de referência, tanto equipe técnica com psicólogo, assistente social e advogado, como também um motorista, para garantir seu funcionamento e atingir as áreas mais remotas. Por enquanto, segundo a Coordenação, as ações são realizadas por meio de parcerias com os municípios conveniados com a AMEJE, que disponibilizam a equipe técnica e o motorista.

Essas dificuldades apontadas demonstram a fragilidade das ações de Enfrentamento da Violência contra Mulher sem uma Política Pública estruturada para garanti-las. O município possui isoladamente iniciativas importantes para o combate, mas ainda carece de respaldo do Estado para consolidá-las.

CONCLUSÃO

Durante o período de pesquisa e análise da bibliografia o trabalho e a escrita tomam direções pouco previsíveis, dentro de um espectro mais amplo da discussão, porém indefectivelmente inéditos no que se diz respeito aos limites colocados no planejamento. A execução, ou seja, a pesquisa, o fichamento, a compilação, análise e produção se desdobram tomando uma dimensão outra e enriquecendo o trabalho.

Apesar de este estudo fazer emergir as dificuldades encontradas pelas mulheres em situação de violência no município devido à carência de políticas públicas articuladas intersetorialmente no intuito de integrar prevenção, assistência e garantia de direitos, constatamos que essa mesma carência fomenta a criação de diversas frentes, muitas vezes pouco articuladas, que fazem um trabalho importante onde o Estado se ausenta.

Seja por meio da sociedade civil organizada, com ações objetivas de enfrentamento da violência contra mulher, ou a atuação de figuras femininas que se tornaram públicas pelo seu protagonismo e que sua história por si só é carregada de signos do empoderamento e de conquista de igualdade de direitos pelas mulheres.

A intenção do estudo reside em destacar a violência contra mulher no município de Araçuaí, fazendo deste, além de uma produção bibliográfica, um instrumento político de mudança para a cidade, apontando os

avanços e desafios no que tange os direitos da mulher. Contudo, é preciso pertinência em se tratando de uma especialização intitulada “Gênero e Diversidade na Escola”, ou seja, para além das dificuldades gerais encontradas, também foi preciso apresentar uma proposta vinculada especificamente à educação.

Como análise após a pesquisa bibliográfica a respeito dos três temas que compõe os capítulos deste estudo, pode-se inferir que a ausência de discussões a respeito da violência contra mulher no âmbito educacional deixa lacunas no que diz respeito a uma conscientização coletiva mais ampla.

É preciso considerar a necessidade em incluir a discussão de gênero e da divisão sexista na realidade da escola, travar essa luta pela igualdade de direitos na esfera pública de legitimidade dos âmbitos judiciário, executivo e legislativo a fim de mitigar as consequências sociais do sistema machista patriarcal.

Notou-se a partir desse trabalho que é insuficiente a ação isolada, mesmo que de qualidade para redução da desigualdade entre os gêneros e conseqüentemente a violência contra mulher. Compreende-se que é imprescindível a articulação de uma rede composta por uma diversidade de atores, como representante das diversas políticas públicas e das organizações da sociedade civil.

A educação, de forma geral faz um trabalho abrangente visto que é parte da realidade do ser humano desde tenra idade e por isso atingi um significativo contingente de pessoas de várias faixas etárias, desde criança até juventude e adultos. Através da educação poderia se discutir as várias facetas da divisão sexual, desde os brinquedos infantis até o mundo do trabalho dos adultos, naturalizando a temática e abrandando as diferenças e preconceitos.

Salientamos nesse trabalho algumas iniciativas importantes na tentativa de empoderamento feminino feitas por organizações da sociedade civil e consideradas de cunho educativo, ainda que em caráter não formal. Contudo, vimos também a insuficiência dessas ações, pois lidam com um recorte específico da população e na maioria das vezes exerce uma função

curativa, ou seja, atua em áreas em que se demonstram altos índices da ocorrência de violência contra mulher.

Não há um demérito das ações focais, que procuram reverter situações detectadas de violência. Porém, a discussão que se quer fomentar com esse trabalho é a necessidade em iniciar um trabalho preventivo e de grande alcance por meio da educação.

Demonstra-se aqui que há uma excelência nas histórias das mulheres, trazidas na retrospectiva feita no Capítulo 2, que há também um destaque na mobilização coletiva que culmina em conquistas para os Vale do Jequitinhonha, trazendo um equipamento móvel para atendimento à violência contra mulher, mas que essas ações perdem seu potencial se convergem com resistências históricas, tais como a apontada no capítulo 1 de não discussão acerca de gênero e dos direitos da mulher na educação e também por nossos legisladores.

Por esse motivo, é que este estudo se presta para ser além de um levantamento bibliográfico acerca de uma temática específica do município de Araçuaí, acima de tudo como um instrumento político para afirmação da necessidade de políticas públicas afirmativas para o território do Jequitinhonha e especialmente Araçuaí, pois descortina a primazia de intervenções de caráter preventivo e abrangente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÇUAÍ. Prefeitura Municipal de Araçuaí – MG. **História de Araçuaí**. Disponível em: <<http://www.aracuai.mg.gov.br/historia/>>. Acesso em 16 de Dezembro de 2015.

ARAÇUAÍ. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**. Araçuaí, MG. 2015

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo. Nova Fronteira.2009.

BRASIL. **Cartilha sobre Violência doméstica**. Disponível em <http://www.turminha.mpf.gov.br/para-o-professor/publicacoes/cartilha-violencia-domestica.pdf>. Acesso em Dezembro de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha nº 11.340**. Brasília, DF.2006

BRASIL.Ministério da Educação.Lei 13005 de 25 de Junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF. 2004

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB - SUAS**. Brasília, DF. 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra Mulher**. Secretaria de Políticas para Mulheres. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulher**. Secretaria de Políticas para Mulheres. Brasília, DF. 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. **Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e ações Nacionais**. Brasília, DF. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Rio de Janeiro. Vozes. 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

FREUD, S. (1930 [1929]) **O mal-estar na civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LEÃO, Ingrid. **Planos de Educação: Corrida de obstáculos pela igualdade de gênero**. Disponível em: <http://justificando.com/2015/12/04/planos-de-educacao-corrída-de-obstaculos-pela-igualdade-de-genero/> Acesso em: Acesso em 16 de Dezembro de 2015.

MINAS GERAIS. **Arte do Jequitinhonha**. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Centro Cultural Gama Filho. 1996.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. **Plano Decenal de Educação**. Belo Horizonte, MG. 2010.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel, BRAGA, Maria Alice, MATOS Marlise. **IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

O Movimento Graal no Brasil. **Cartilha Mapeamento da Rede de Combate à violência contra mulher em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG. 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICAMOS. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher**. In: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Belém, 1994.

PEREIRA, Leopoldo. **O município de Araçuaí**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1969.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. In: PAIXÃO, Lindolfo Ernesto. Araçuaí, ano 1950 – **Historia de um menino da Rua de Baixo**. São Paulo. Guerra Design. 2004.

SALVADOR, Fernanda. **Lira Marques: “Eu amo aquilo que eu faço”**. Disponível em: Acesso em 16 de Dezembro de 2015.

SANTOS, Maria Salete Alves. **Trajetória Sociopolítica das Mulheres inseridas na Política Partidária em Araçuaí – MG: conquistas e desafios**. Araçuaí. Universidade Federal de Ouro Preto. 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. – São Paulo: brasiliense, 2003. – Coleção primeiros passos; 314.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. **A dialética materialista e a prática social**. Porto Alegre. Movimento. 2006. P. 121 – 142.

VILELA, Laurez Ferreira. **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal/– Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal**. 2008. Disponível em: www.google.com.br. Acesso Dezembro de 2015.

